

# Em Sintonia Fina: Conversas Entre Velhos Amigos Da Caserna

*Eduardo dos Santos Chaves*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil  
educhaves4@hotmail.com

---

**Resumo:** A proposta do artigo<sup>1</sup> é examinar a coleção de entrevistas intitulada “1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história”, publicada pela Editora da Biblioteca do Exército, a Bibliex, entre 2003 e 2004, verificando duas questões gerais: 1) como se deu a narrativa em relação ao golpe e a ditadura civil-militar iniciada em março de 1964; e 2) como essa mesma narrativa foi sendo construída pela coleção a partir da elaboração das entrevistas, em que entrevistadores e entrevistados em sintonia elaboraram um parecer positivo sobre o passado recente do Brasil.

**Palavras-chave:** memórias; ditadura civil-militar; história oral.

---

## Introdução

Nas vésperas das lembranças que marcariam os 40 anos dos acontecimentos de 31 de março de 1964, as Forças Armadas e a sociedade civil engajada na luta pelos direitos humanos defrontaram-se no espaço público, com discursos de memórias conflitantes<sup>2</sup>. Nessa batalha pela hegemonia de uma memória que se quer como “verdadeira”, o período compreendido entre 1964 e 1985 revela-se diferente para ambos os grupos. Para as esquerdas, além de procurarem saber onde se encontram os corpos de desaparecidos políticos e insistirem, em alguns casos, na punição de militares envolvidos na repressão, a luta também é em relação à verdade, não aceitando as “falsificações da história” que, de acordo com Caio Navarro de Toledo (2009)<sup>3</sup>, implica o insulto à

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi financiada pela CAPES.

<sup>2</sup> Em relação às discussões sobre as batalhas de memórias, ver: SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. In: **Anos 90**, Porto Alegre, v.14, n.26, p.127-156, dez. 2007; CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. In: **Revista Brasileira de História** - Brasil, 1954-1964. São Paulo, ANPUH – Marco Zero, v.14, n.27, 1994; MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra de memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. In: **Varia História**, UFMG, n.28, dez. 2002.

<sup>3</sup> Toledo analisa o significado e os efeitos políticos e ideológicos de um abaixo-assinado criado na Internet - Repúdio e Solidariedade -, em fevereiro de 2009, no qual questiona o uso da expressão “ditabranda” pelo jornal Folha de São Paulo.

memória dos que lutaram, foram torturados e morreram na luta pela redemocratização do país. Para as Forças Armadas e, particularmente, para o Exército, a verdade dos fatos vem sendo distorcida por uma parcela de intelectuais que reescrevem a história, falsificada a seu talante (MOTTA, 2003, t.1, p.10). O revanchismo, nesse caso, constitui-se em uma arma na mão de assaltantes, sequestradores, terroristas, desertores, agora, regiamente abonados. Conforme Jarbas Passarinho, os militares “são quase mortos-vivos a sofrer o revanchismo dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos” (MOTTA, 2003, t.1, p.27).

O Exército, frente a essa disputa de memórias, produziu a sua “versão” dos fatos, procurando fazer uma avaliação positiva do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar. O resultado dessa disputa constituiu-se de 15 tomos, contabilizando 247 entrevistas com militares e civis que atuaram, colaboraram e/ou tiveram alguma participação no regime dos cinco generais presidentes. Com o título “1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história”, a coleção foi publicada pela Editora da Biblioteca do Exército, a Bibliex, entre 2003 e 2004, nas vésperas dos 40 anos do golpe civil-militar de 1964<sup>4</sup>. As entrevistas realizadas pelo Exército procuraram levantar um número significativo de militares e civis de várias regiões do país que, conforme seus organizadores, contribuiriam para com a “verdade” dos acontecimentos.

### **As entrevistas: perguntas e respostas em consonância**

Os organizadores acreditaram que as entrevistas deveriam, de modo geral, consolidar na corporação uma interpretação própria acerca dos acontecimentos, criando um lugar – a coleção – autorizado para a exposição dessa versão. Para isso, buscou-se neutralizar as interpretações divergentes internas, minimizando as possíveis interações com outras versões e interpretações. A preocupação principal era fazer circular, sobretudo dentro da corporação, um mesmo discurso sobre o regime militar. Para tal, houve a necessidade de produzir depoimentos que tivessem como foco uma narrativa positiva da ditadura civil-militar, com o Exército como participante disso.

Inicialmente, procurou-se averiguar acerca da atuação do entrevistado durante os acontecimentos de 31 de março de 1964 e/ou sua vinculação e desempenho durante o regime civil-militar. Nesse item, não se procura apenas a trajetória do indivíduo nos

---

<sup>4</sup> A coleção parece ter antecipado as discussões que ocorreram no meio acadêmico, a partir de seminários, congressos e palestras, e nas organizações de esquerda, ligadas à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

acontecimentos por ele perpetrados, mas também suas lembranças sobre aquilo que ouviu falar entre membros do grupo ou mesmo presenciou em palestras dentro das atividades da corporação, no caso de militares. Em relação a esse aspecto, Michel Pollak (1992, p. 201) nos oferece uma reflexão significativa sobre os acontecimentos vividos por tabela. Segundo ele, “são acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não”. Para Pollak (1992), esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar a todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. Ou seja, ele acredita que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.

Essas lembranças, compartilhadas pelas reminiscências dos outros, encontram respaldo na coleção não só por agregar novos fatos ainda não recordados, mas, principalmente, porque ela encontra respaldo em outras memórias. Seria “[...] o pensamento de uns pelos outros [...]”, assinalado pelo General Aricildes de Moraes Motta (MOTTA, 2003, t.1, p.17-8). Logo, nesse item, o entrevistado pode relatar a respeito de seus chefes, pares e subordinados nos “[...] pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas consequências” (MOTTA, 2003, t.1, p.18).

As demais questões sugerem aos entrevistados a possibilidade de rememorar os acontecimentos que marcaram a época, tais como: 1) os antecedentes da “Revolução de 31 de Março de 1964”; 2) o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; 3) o desencadeamento do “Movimento Armado” e sua evolução; 4) a posição da “mídia” e da Igreja em relação à “revolução” (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); 5) o ciclo de Presidentes Militares e suas realizações; 6) os objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por “extremistas de esquerda”, sua orientação e o apoio externo; 7) a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; 8) acertos e erros da “revolução”; 9) o desengajamento dos “governos revolucionários” na condução da política do Brasil; 10) o “revanchismo” de esquerda; e 11) a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião.

Como o Exército, com essa coleção, procurou dar um sentido positivo ao golpe de 1964 e ao regime civil-militar, fica perceptível a condução dos depoimentos com perguntas que, por sua vez, tentam convencer o entrevistado a respeito dos acontecimentos, partindo, assim, de uma perspectiva de que livraram o país do

comunismo<sup>5</sup>. É presente nas perguntas realizadas pelos coordenadores uma série de dispositivos discursivos que são indutores nas respostas dos entrevistados.

Nos antecedentes da “revolução de 1964”, a lembrança que vigora é a de que livraram o país de um “caos” econômico e social. Conforme as perguntas formuladas pelos organizadores, o país era marcado pela desordem, pela quebra de hierarquia e pelo constante ingresso dos comunistas nas instituições democráticas e cristãs. Na entrevista realizada com o General de Exército Ivan de Souza Mendes, que em 1964 era Tenente Coronel, perguntou-se o seguinte: “Panorama político do Brasil na conjuntura pré-revolucionária” e “Clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart” (MOTTA, 2003, t. 2, p. 31). A pergunta, longe de uma inquirição, parece mais com um parecer a respeito do governo de João Goulart. A resposta, partindo das considerações da “pergunta”, continuou nesse mesmo sentido:

Vivíamos um clima de inquietação generalizada. Greves por todo o lado e o pessoal de esquerda agindo com a maior desenvoltura. Testemunhávamos, pouco a pouco, formar-se um quadro de ingovernabilidade no País, o que nos preocupava muito. Era preciso interromper o processo de degradação, e tudo isso acabou confluindo para a eclosão do Movimento Revolucionário de 31 de Março.

[...] os fatos mostravam claramente que o povo estava profundamente preocupado com o que poderia acontecer (MOTTA, 2003, t. 2, p.31).

O entrevistador, reafirmando o que foi exposto, continua: “Exatamente. Até porque não se podia trabalhar, com tanta greve prejudicando a produção, além do constrangimento imposto aos cidadãos que se viam sem condições de se deslocar, em virtude das paralisações constantes nos transportes” (MOTTA, 2003, t. 2, p. 31).

Inquietação, ingovernabilidade, caos econômico e degradação social formavam um quadro que justificava a necessidade de intervenção. Seguindo nesse sentido, outra questão procura demonstrar que os acontecimentos de 31 de março não ocorreram da noite para o dia, tendo “raízes” profundas na história política nacional. Organizada e planejada já há um significativo tempo, a “revolução” foi apontada nas perguntas da coleção como uma saga realizada por homens honrosos e leais à pátria. Quando se procurou verificar quais foram as raízes do “movimento 'revolucionário’ de 31 de março de 1964, buscava-se a narrativa de um passado “glorioso” das Forças Armadas repleto de vitórias e conquistas.

---

<sup>5</sup> É importante considerar que o imaginário anticomunista militar definia-se, como afirma Ricardo Mendes, pelo medo de que os comunistas rompessem com a hierarquia da corporação. Conforme Mendes, “para os militares, a guerra revolucionária avançava em seus estágios e buscava então o enfraquecimento das Forças Armadas, com quebra da disciplina e da cadeia de comando”. Para maiores detalhes, ver o seguinte artigo: MENDES, Ricardo Antonio Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. In: **LOCUS**, Juiz de Fora, UFJF, v.10, n.1, p.79-97, 2004. p.89.

O mesmo ocorre no que diz respeito à questão sobre as “causas” da “revolução de 1964”. Esta pergunta talvez tenha dois propósitos: o primeiro, parece ser o de reafirmar um quadro político instável, marcado pela crise econômica e pela “infiltração comunista” que, por sua vez, promoviam as agitações sociais no campo e na cidade. Nesse sentido, essa questão corrobora com questões anteriores, quando se propõe a verificar o “clima de insatisfação do governo de João Goulart”. Ou seja, para o depoente explicar as “causas” do 31 de março, precisa voltar-se ao que já foi colocado, inclusive pelo próprio entrevistador: “Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?” (MOTTA, 2003, t. 1, p. 69). Já o segundo propósito parece o de apresentar o movimento como necessário para o “bem” da nação, em que foram salvos os pilares básicos da civilização.

Para conseguir legitimar o regime civil-militar como um período de “esplendor” e de “honra” para as Forças Armadas, a partir de uma coleção de depoimentos, em que aparecem heróis ao invés de golpistas e torturadores, trataram de caracterizar como perigoso e negativo o governo de João Goulart. Assim, outras perguntas foram formuladas com esse intuito. Uma delas é a que se refere ao apoio da Igreja Católica à “revolução” e, conseqüentemente, sua aversão ao governo de João Goulart. O questionamento é o seguinte: “Qual a posição da Igreja com relação ao governo deposto?” (MOTTA, 2003, t.1, p. 69). Grande parcela da Igreja apoiou a “revolução de 31 de Março de 1964”, sendo que nomes importantes do catolicismo brasileiro “abençoaram” os “revolucionários”.

No entanto, sabe-se que ocorreram fraturas internas na instituição, contribuindo para formação de grupos de esquerda dentro do catolicismo brasileiro. As intenções dos organizadores da coleção com esta pergunta foram de dois tipos: primeiramente, a de esclarecer sobre o surgimento de “esquerdistas” dentro da Igreja, como exemplo da “infiltração comunista” no Brasil de João Goulart, e a segunda, em investir em uma narrativa na qual os “revolucionários” receberam apoio significativo de membros do clero e que as esquerdas na Igreja eram minúsculas.

Nesse mesmo sentido foi tratada a questão acerca das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, movimento que teria aglutinado inúmeras pessoas nas capitais e em cidades do interior do país, que objetivava, num primeiro momento, desestabilizar o governo de João Goulart e, num segundo período, legitimar a “revolução”.

A pergunta foi a seguinte: “Qual o real significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, consideradas pelos opositores, hoje, como um grande movimento reacionário ao status quo implantado por João Goulart?”. Se observado com atenção, o questionamento apresenta dois importantes temas: o primeiro diz respeito ao significado

“real” das marchas procurado pelos entrevistadores. Já o segundo refere-se à maneira pela qual as marchas são apresentadas: são vistas pelos “opositores” como “um grande movimento reacionário”. Fica visível neste ponto, que a intenção é de demarcar posições cujo objeto central é o passado sobre as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Já que as “esquerdas” pensam as marchas como um movimento reacionário, ligado aos “gorilas” que organizavam um golpe contra João Goulart, foi preciso, por parte do Exército, reafirmar suas convicções de que livraram o país do comunismo com o apoio maciço da sociedade. Assim, as marchas figuram, como afirmou o General de Exército Rubens Bayma Denys, que em 1964 era Capitão, em “[...] demonstrações legítimas da sociedade brasileira contra o avanço do comunismo no País” (MOTTA, 2003, t. 1, p. 162).

As indagações sobre as marchas apareceram em alguns depoimentos, para exemplificar o que já havia sido dito sobre o governo de João Goulart ou reafirmar uma posição já esclarecida sobre o próprio “movimento revolucionário”, assim como para demonstrar que a população civil esteve ao lado de militares durante a “revolução”. Exemplo disso é a pergunta feita ao General de Exército Leônidas Pires Gonçalves: “Embora o senhor já tenha tecido algumas considerações, eu volto a falar no significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução” (MOTTA, 2003, t. 1, p. 83). O entrevistado já havia feito comentários sobre as marchas quando foi incitado a falar sobre as “raízes” do “Movimento Revolucionário”. Dessa forma, a finalidade para com esta questão é reafirmar o que já foi dito, criando um ambiente em que todos fariam a mesma narrativa dos acontecimentos.

Prosseguindo sobre as indagações que permitiam aos depoentes narrar negativamente o governo de João Goulart, cabe apresentar outra questão, agora feita ao General de Exército Rubens Mário Brum Negreiros, Tenente Coronel em 1964: “O Senhor entende que as Forças Armadas e, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando deflagrada a Revolução de 31 de Março?”.

Era preciso com este questionamento demonstrar a maneira pela qual as Forças Armadas responderam a “dissolução da ordem” e da “pátria”. Em muitas das questões percebe-se que o objetivo principal é demonstrar que os militares impediram o pior que poderia ocorrer em solo nacional: a revolução comunista. Um exemplo é a pergunta que induz o depoente a responder positivamente, de modo a justificar a “necessidade” da intervenção em 1964: “Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?”. A resposta do Brigadeiro do Ar Carlos Affonso Dellamora, que na época do golpe era Coronel Aviador, exemplifica as muitas respostas que foram dadas: “Está mais do que claro: o que fazia o “general do povo” Osvaldo Ferreira Alves? E o que fazia Luiz Carlos Prestes nos comícios ao lado do

Presidente? A agitação nos campos com ação das “Ligas Camponesas” etc.” (MOTTA, 2003, t. 10, p. 111).

Os militares se afirmam como “guardiões da pátria” e garantidores da ordem social e política em 1964. Mas não seriam os únicos naquele contexto político. Para isso, procuraram ressaltar, durante as entrevistas, o papel da sociedade durante a “revolução”. Em muitos dos depoimentos aparecem os principais jornais que apoiaram o “movimento”, termo utilizado na entrevista, para exemplificar o apoio da sociedade à ditadura. A pergunta – “A mídia, na época, apoiou o Movimento?” – procura não se manifestar sobre os demais meios de comunicação que acabaram, por sua vez, fechando suas portas em função da censura. Muito embora ela permita o relato dos depoentes sobre a “outra imprensa”, que eles imaginavam comunista, fica nítido que esta questão visava dar um panorama sobre os grupos de civis que colaboraram com a “revolução”. O General de Exército Alacyr Frederico Werner, na época Coronel, afirmou o seguinte a esse respeito:

A mídia mais representativa apoiou, porque tinha conhecimento, mais do que a população, do que estava acontecendo. Recebia as informações das Agências de Notícias, como a *United Press*, *Associated Press*, *Reuters* etc. Sabiam exatamente o que estava ocorrendo no Brasil. Então, apoiou o movimento. Basta ler os jornais da época, onde os manifestos são todos favoráveis. Não houve, não me lembro de ter visto, nada que fosse contrário (MOTTA, 2003, t. 1, p. 73).

Semelhantemente fez Emílio Antonio Mallet de Souza Aguiar Nina Ribeiro, quando questionado sobre o apoio da mídia à “revolução”. Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro entre 1962 e 1971, Nina Ribeiro assegurou que havia várias matrizes ideológicas nos meios de comunicação. Considera que “havia jornalistas brilhantes, idealistas, sinceros, da categoria de Flávio Cavalcanti, por exemplo, que apoiou o Movimento. Sabia a origem e os fins visados pelo glorioso Movimento de 1964” (MOTTA, 2003, t. 1, p. 248). Contudo, acerca dos demais grupos, conclui que

outros optaram por ficar ‘em cima do muro’. São jornalistas que procuram ver ‘para que lado o vento vai soprar’, onde poderia dar maior vantagem e tombar para este lado. São utilitaristas. Um outro grupo foi formado com os empedernidos e intoxicados pela ideologia comunista, redivivos pela comunhão das ideias de Antonio Gramsci (MOTTA, 2003, t. 10, p. 255).

As indagações feitas pelos entrevistadores da coleção sobre os antecedentes da “revolução” de 1964 contribuíram para que aflorasse nos depoentes uma memória sobre um passado marcado pela intranquilidade, em que os comunistas tomavam espaços importantes na mídia, na política e em organizações de esquerda, tais como as Ligas

Camponesas; a União Nacional dos Estudantes – a UNE; e o Comando Geral dos Trabalhadores – o CGT; entre outras.

Outras questões igualmente buscaram fazer um quadro positivo da ditadura, o que justificaria a intervenção realizada em 1964 e responderia às investidas do “revanchismo”. Elas procuraram apresentar os saldos positivos do regime civil-militar no plano econômico, social e político, avalizados pelos depoentes, que destacaram as vantagens auferidas nos 21 anos da ditadura, diminuindo o peso dos diversos erros cometidos. Segundo os organizadores e colaboradores, era preciso dizer que as desvantagens e os prejuízos foram minúsculos frente aos avanços alcançados pelo regime. Evitariam, assim, que o propalado sucesso fosse abafado pelas esquerdas, que teriam dominado a mídia e o meio acadêmico.

As perguntas sobre as transformações na área econômica, por exemplo, demonstram essa procura em caracterizar o regime civil-militar como benfeitor ao país. A não divulgação desse sucesso seria uma prática política da esquerda que desmentiria a verdadeira versão sobre o passado brasileiro. A questão mais exemplar é a que trata da omissão dos sucessos da “revolução” por parte dos “inimigos”. A pergunta é a seguinte: “Os sucessos econômicos obtidos pela revolução de 1964, considerados os maiores da economia brasileira por alguns renomados economistas e diversos conferencistas civis da Escola Superior de Guerra, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes desse fato?”. O objetivo com esse questionamento é não só enfatizar as conquistas “honrosas” que deverão ser narradas pelos entrevistados, mas também revelar a origem da omissão de dados, encarados como indiscutíveis. A resposta do General de Exército Alacyr Frederico Werner, reproduzida logo abaixo, elucida muitas das respostas que outros narradores fizeram.

A mídia, de um modo geral, após o advento da “Nova República”, a partir de Sarney, iniciou um “patrulhamento” contra todo o noticiário que pudesse reverter em aplausos aos Governos da Revolução. Somente quem lê nas entrelinhas, as quais muitas vezes escapam os “patrulheiros”, percebe a escamoteação de dados que traduzem as grandes realizações dos presidentes militares, cujos nomes são sempre omitidos, salvo para a crítica depreciativa. Dados e obras que não podem deixar de citar o fazem ampliando o período de observação para englobar governos anteriores a 1964 ou pós-revolucionários (MOTTA, 2003, t. 1, p. 75).

E segue em tom denunciador sobre a omissão dos “benefícios” e orgulhoso em relação à narrativa das “grandes realizações” do regime:

A mídia não pode esconder quem construiu a Ponte Rio-Niterói, nem quem construiu a maior hidroelétrica do mundo, Itaipu, nem quem implantou por este Brasil imenso tantas estradas asfaltadas. Quem aumentou a produção agropecuária e elevou a economia à posição de 8ª do mundo, quem fez o Brasil crescer a 10% ao ano... Não podem esconder, mas omitem (MOTTA, 2003, t. 1, p. 75).

O orgulho de pertencer a uma instituição defensora dos reais interesses nacionais e o sentimento patriótico expresso em inúmeras passagens das entrevistas fez parte de outras questões, inclusive daquelas que procuraram apontar a bela imagem de que desfrutavam as Forças Armadas na sociedade brasileira. Exemplo disso é a pergunta que se refere aos elevados índices de aceitação pública negados pelo “revanchismo”, como a que foi realizada ao Major-Brigadeiro do Ar Max Alvim, que em 1964 era Capitão e piloto da base aérea de Canoas/RS:

Brigadeiro, a imagem das Forças Armadas brasileiras vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião. Como o senhor vê isso? Como é que diante deste “revanchismo” todo, a opinião pública ainda é favorável às nossas Instituições? (MOTTA, 2003, t. 10, p. 88).

Ao considerar o fato de que as “esquerdas revanchistas” narram o passado recente de modo distorcido, a coleção, ao realizar a pergunta acima ao Major-Brigadeiro, talvez procure incentivar opiniões que se mostrem orgulhosas de pertencer a uma instituição que preza pela disciplina e pela hierarquia. Na questão é destacada a aprovação pública que as Forças Armadas ostentavam, o que reforça ainda mais o sentimento de pertencimento a uma instituição que impediu a presença comunista no Brasil, assim como levou o país ao sucesso econômico.

A narrativa de um passado marcado por glórias também é pontuada nas questões que buscam atribuir ao golpe de 1964 o termo “revolução”. Essas perguntas têm dois sentidos: um é o que foi colocado acima, procurar narrar um passado marcado pelas grandes realizações dos “governos revolucionários”, em que surgiriam homens honestos comprometidos com a pátria. O segundo intuito com o uso do termo “revolução” é responder aos “revanchistas”, que, segundo acreditam os organizadores da coleção, deturpam os fatos, atribuindo ao período aspectos negativos com o uso dos termos “ditadura militar” e “anos de chumbo”. O uso do termo “revolução”, nesse caso, tem um sentido que implica transformação, mudança brusca. Samantha Viz Quadrat (2006, p. 128) afirma que desde o princípio o termo “revolução” foi usado pelos militares, indicando que essa nova intervenção das Forças Armadas no cenário político brasileiro não seria algo passageiro ou cirúrgico. Existiam pretensões maiores do que “apenas” restabelecer a

ordem no país. Contudo, segundo demonstrou Quadrat (2006, p. 128), o termo “revolução” perdurou entre os militares, que até hoje o utilizam, assim como ainda é comum ouvi-lo em conversas sobre 1964.

Em uma das questões foram enfatizados os usos políticos do termo “ditadura militar” e “anos de chumbo” pelas “esquerdas revanchistas”<sup>6</sup>. A pergunta busca dar um sentido falacioso aos dois termos, pois são largamente usados pelos “revanchistas” na narrativa do passado recente do Brasil. “Hoje em dia, fala-se muito em “ditadura militar”, “anos de chumbo” etc. O que o senhor pensa a respeito?”.

Como quase todos os entrevistados colaboraram com o regime civil-militar, atuando a seu modo em defesa da “revolução”, as respostas não poderiam ser diferentes do que pensam os entrevistadores. Além disso, talvez antes da elaboração das questões, pensou-se em indagações que exaltassem os “governos revolucionários”, caracterizando-os como salvacionistas e benéficos ao país. A resposta do General de Exército Sebastião José Ramos de Castro exemplifica as muitas outras respostas concedidas. Para ele,

são expressões usadas pelos revanchistas e por certos elementos, até os dias atuais, inconformados em terem seus intentos de implantação no Brasil de um regime político e inspiração marxista-leninista frustrados e de manter viva a sua oposição aos que impediram seus intentos (MOTTA, 2003, t. 1, p. 137).

Como pode ser visto, procurou-se com essa questão averiguar quais os motivos para que se fale hoje em dia em “golpe militar”, “ditadura militar” e “anos de chumbo”, ao invés de “revolução” e “governos revolucionários”. Na concepção dos organizadores da coleção, o uso desses termos é político, na medida em que procuram narrar o passado recente a partir de “visões deturpadas”, calcadas em uma “ideologia ultrapassada”. No entanto, o uso das expressões “revolução” e “governos revolucionários” é também político, pois procura dar legitimidade ao regime civil-militar, atribuindo a este, sentido “heroico” e “salvacionista”.

Uma pergunta colaborou na composição de uma imagem embelezada do regime, na qual o depoente teve de avaliar os vinte e um anos dos “governos revolucionários”. “De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo da Revolução?”. Esse tema faz parte de um repertório de questões que abre espaço para uma avaliação positiva do regime, visto que os entrevistados na fase da pré-entrevista, possivelmente, se comprometeram em narrar os fatos a partir da perspectiva do Exército sobre o passado brasileiro.

---

<sup>6</sup> Cabe dizer que essas duas expressões “ditadura militar” e “anos de chumbo”, assim como “regime militar” foram consagradas pela historiografia.

No que se refere às respostas em torno da pergunta que foi apresentada acima sobre os 21 anos dos “governos revolucionários”, cabe afirmar que quase todas vangloriaram as obras realizadas pelo regime, entendendo essas como fundamentais para o progresso nacional brasileiro. A resposta do General Nery da Silva expõe as muitas das respostas buscadas pela coleção.

Foram tempos em que alguns lutaram para dar a todos os brasileiros: paz social, ordem e absoluta segurança, bem como prosperidade à nossa Nação. Apesar da ação permanente dos revanchistas, há muitas pessoas de bem que sentem saudade daquela época, em que o Brasil era verdadeiramente respeitado. Os vinte anos do regime político implantado em 1964 transformaram completamente o Brasil, que se modernizou e se desenvolveu de modo realmente revolucionário (MOTTA, 2003, t. 10, p. 235-6).

Nas descrições das páginas iniciais de todos os tomos da coleção percebe-se a tentativa em afirmar que o sucesso econômico e as inúmeras construções foram o resultado do empenho de pessoas honestas que tinham em seu horizonte a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Outras questões também tiveram o intuito de avaliar positivamente o regime civil-militar, como a que segue abaixo.

P: Quais, no seu modo de ver, as principais realizações e erros que o senhor destacaria da Revolução?

R: Teríamos que gastar muitas horas falando das conquistas da Revolução de 1964. Contudo, o principal acerto reside no aspecto moral. Passamos a viver no Brasil um clima de seriedade, de respeito pela autoridade constituída. Qualquer cidadão, não apenas as autoridades, mas o operário, o homem simples, o bom pai de família saía à rua e sabia que seria respeitado. Hoje, não se respeita mais nada, neste país (MOTTA, 2003, t. 10, p. 256).

Emílio Antonio Mallet de Souza Aguiar Nina Ribeiro não poupou linhas sobre as principais realizações benéficas ao país proporcionadas pelo regime. Os erros foram aparecer a partir de outra questão, na qual o entrevistador pergunta o seguinte: “Doutor, agora os erros. Que erros o senhor levantaria?” (MOTTA, 2003, t. 10, p. 258). Constam na resposta alguns dos erros que ele considera pequenos frente aos avanços implementados pelos “governos revolucionários”. Para Nina Ribeiro, “[...] o saldo foi inteiramente positivo, válido, e temos que reconhecer: a Revolução de 1964 salvou o Brasil” (MOTTA, 2003, t. 10, p. 260).

Para isso era preciso, do mesmo modo, apresentar os “heróis revolucionários” que priorizaram os interesses nacionais. A pergunta sobre os nomes dos sujeitos da “revolução”, que marcaram a sua época, traduz uma preocupação por parte da organização da coleção em explicitar aos leitores aqueles que eles acreditaram que modificaram a

Nação, encaminhando-a ao sucesso. Além disso, era preciso enumerar nomes importantes para que não fossem esquecidos e, assim, lembrados saudosamente. A pergunta – “Quais foram, a seu ver, os principais líderes civis e militares da Revolução?” – procura narrar a saga dos “revolucionários” de 1964 como homens que sempre estiveram ao lado dos interesses nacionais, em defesa da ordem, da disciplina e da hierarquia, longe das ideias comunistas.

As respostas são diversas, pois a intenção da coleção, além de averiguar as lideranças militares que estiveram nos preparativos da “revolução”, como os líderes que se tornaram Presidentes da República, bem como os homens que atuaram em ministérios e outros postos dos “governos revolucionários”, era também elencar as lideranças civis que colaboraram para a eclosão e afirmação da “revolução”. Novamente, tem-se por parte da organização da coleção a vontade de colocar ao lado de militares os civis que atuaram favoravelmente em defesa da “revolução” de 1964. A pergunta realizada sugere que os entrevistados apresentem o histórico dos sujeitos na “revolução”, considerando suas preocupações mais remotas com a “comunização” do país. A entrevista concedida pelo Coronel Waldir Abbês procura fazer isso em relação à figura de Castello Branco.

Considero o General Castello Branco uma grande liderança, principalmente pela sua importante contribuição através de palestras e conferências, como a palestra de setembro de 1963 para oficiais das Forças Armadas e lideranças civis, alertando sobre o perigo iminente de uma convulsão intestina no Brasil. Castello Branco revelava sua preocupação com o aumento da ação dos extremistas de esquerda, sobretudo a esquerda clandestina. Sem dúvida estávamos às portas de uma guerra civil (MOTTA, 2003, t. 3, p. 292).

Em relação aos civis, cabe dizer que a preocupação é outra. Os civis não figuram da mesma forma que os militares, pois surgem como colaboradores ligados a um movimento liderado pelos militares. Isso fica evidente não somente na narrativa sobre as lideranças da “revolução”, mas em outras questões, onde há a necessidade de diferenciar os governos em que os militares estiveram à frente dos governos de civis. Em uma das questões presentes na coleção, nota-se a preocupação em pontuar que os militares, diferentemente dos civis, não se aproveitaram do poder para defender seus interesses pessoais. Pergunta direcionada exclusivamente para militares, ela explicita a preocupação da coleção em mostrar o orgulho que a corporação tem de atuar em instituições patrióticas.

P: Ministro, as Forças Armadas auferiram alguma vantagem na época dos governos revolucionários?

R: Isto é uma coisa de que nós nos orgulhamos, e essa gente, que até hoje vive nos fustigando, nos atacando, não reconhece: nunca tivemos vantagem nenhuma. Os nossos ordenados nunca foram além do que são, medíocres. Nós

nos mantivemos, como sempre, nitidamente preocupados com o Brasil. Não reconhecer isso é outra “safadeza” histórica.

P: Era o máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança.

R: É mais uma “safadeza” histórica não reconhecer isso (MOTTA, 2003, t. 1, p. 94).

O sentimento de orgulho de pertencer às Forças Armadas é destacado, como pode ser observado no depoimento do General de Exército Leônidas Pires Gonçalves, como uma honra que deve ser dita e não esquecida. Para o General Pires Gonçalves, esquecer seria uma “safadeza” contra a sociedade. No entanto, não são todos os entrevistados que tiveram essa mesma posição. Em alguns casos, há aqueles que não pouparam críticas à corporação.

As críticas em relação ao grupo e também a respeito do regime e de seus resultados surge quando a organização da coleção formulou questões que objetivamente procuraram apresentar os “prejuízos” do regime. É importante considerar o fato de que os “prejuízos” da “revolução” são avaliados minuscilmente, por quase todos os depoentes, perante os “benefícios” proporcionados pelos “governos revolucionários”. A pergunta a esse respeito procura averiguar os saldos positivos e negativos da “revolução”: “E a Revolução foi benéfica ou trouxe algum prejuízo ao País?”. Fica evidente pela formulação da questão que não se quer expor os “prejuízos” do regime civil-militar, os interesses são os momentos de esplendor e as “maravilhas” auferidas pela “revolução” que salvou o Brasil do caos em 1964.

Ainda em relação a essa mesma questão, cabe dizer que, como as entrevistas foram realizadas por membros das Forças Armadas, os depoentes, embora se sintam “honrados” em falar com “louvores” da “revolução” e do regime civil-militar, estavam em uma situação em que lhes cabia destacar aspectos positivos de um período que fez parte de sua história de vida e profissional. Isso não significa que todos tenham atuado na “revolução” e/ou na ditadura. É importante pensar que muitos dos entrevistados, como militares, estão diante de uma entrevista que procura narrar um passado que fez parte da história de seu grupo e, sendo assim, sua narrativa precisava estar carregada de elogios à corporação e às suas “personalidades”.

Outras indagações procuraram averiguar episódios significativamente debatidos no cenário público que, em alguns momentos, aparecem como negativos pelos depoentes e, em outros, como necessários para o “bem da nação”. Este é o caso do Ato Institucional nº. 5 (AI-5) que aparece na coleção para demonstrar uma necessidade indiscutível na

época<sup>7</sup>: “O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?”. Ainda que as respostas não sejam uniformes, visto que temos entre os depoentes militares e civis que ocupavam posições diversificadas durante a ditadura civil-militar, deduz-se que a pergunta realizada sugere uma resposta que tenta levar a narrativa a respeito do AI-5 como algo indispensável. Isso não significa que os depoentes não tenham percepções diferenciadas sobre o tema, bem como não pensem de acordo com a coleção, de que naquele momento era preciso barrar o avanço dos “vermelhos”.

Um dos organizadores da coleção, o General de Brigada Geraldo Luiz Nery da Silva, quando questionado acerca da necessidade do AI-5, respondeu que ele era “absolutamente necessário” e, assim, passou a narrar diversos acontecimentos realizados por “terroristas” que, segundo ele, “[...] corresponderam às razões maiores da edição, em 13 de dezembro de 1968, do Ato Institucional nº 5 com a finalidade de fornecer ao Governo os instrumentos necessários para combater o terrorismo e a guerrilha” (MOTTA, 2003, t. 10, p. 233).

Ainda em relação aos instrumentos repressivos, outra pergunta diz respeito à criação de Órgãos de Informações e de Operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI), assim como a Lei de Segurança Nacional. As respostas são diversificadas, mas, neste momento, é importante considerar o fato de que a pergunta, assim como a anterior, teve a finalidade de frisar a constituição desses órgãos de informações como necessárias. Isso fica perceptível pelo início da própria pergunta: “Foi necessário a criação de Órgãos de Informações e de Operações, como Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?”. Novamente a pergunta parece conter uma resposta embutida em sua lógica: “foi necessário...”, o que não significa que as respostas sejam mecanicamente as mesmas. Como consta nas respostas da pergunta anterior, essas questões procuraram narrar os momentos críticos do passado recente brasileiro, em que as Forças Armadas lutavam contra “subversivos terroristas” pelo bem do país.

A coleção, em relação a outros erros, pontuou a censura em uma de suas perguntas. O interesse por parte dos organizadores parece o de considerar que embora tenha sido um erro da “revolução” cercear as liberdades de expressão, isso foi necessário, na medida em que os ideais censurados eram “maléficos” à sociedade brasileira.

---

<sup>7</sup> O Ato Institucional nº 5, o AI-5, foi decretado em 13 de dezembro de 1968, colocando o Congresso Nacional em recesso. O AI-5 deu todos os poderes ao Executivo para que este pudesse cassar os direitos políticos de qualquer cidadão, assim como extinguiu o *habeas corpus*, um dos expedientes mais recorrentes contra as prisões pelos IPMs. Ver: FICO, 2004.

A pergunta procurou averiguar nas narrativas uma justificativa para a censura ocorrida durante o regime. “Houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas, etc.), com prejuízo para a divulgação do pensamento e ideais de segmentos da sociedade brasileira?”. Com esse questionamento, a organização da coleção buscou uma narrativa que viesse ao encontro de suas expectativas, que, do mesmo modo que nas questões anteriores, influenciasse os entrevistados na abordagem que fizeram sobre as ideologias e as práticas das esquerdas. Na parte final da pergunta percebe-se a afirmação de que somente uma parcela da sociedade foi prejudicada pelas restrições ideológicas impostas pelo regime. O restante da nação foi beneficiado, conforme já foi colocado em outras questões. Segundo a lógica da coleção, os grupos de esquerda ou centro-esquerda que atuavam dentro das instituições democráticas com suas propostas “comunizantes” seriam prejudiciais ao desenvolvimento nacional. As respostas a essa pergunta não são homogêneas e, assim como em questões anteriores, expõem diferenças entre os entrevistados na percepção sobre o período.

A atuação das organizações de esquerda foi narrada pelos entrevistados, revelando, por parte de alguns, um conhecimento profundo dos aspectos ideológicos, das táticas das guerrilhas urbana e rural, do funcionamento dessas organizações, dos sujeitos que lideraram esses grupos clandestinos, bem como aqueles que tinham outras funções nas organizações. O conhecimento da maioria dos entrevistados acerca das organizações de esquerda é carregado por uma leitura mergulhada no anticomunismo. As perguntas são diversas e procuram averiguar quais os objetivos da luta armada no Brasil, investigando se as organizações tinham apoio interno e/ou externo e quais suas orientações ideológicas, como consta na seguinte questão: “Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?”. Grande parte das respostas afirma que as ações da luta armada no Brasil representavam a tentativa do comunismo de tomar o poder e instaurar a “tirania” contra os valores nacionais.

Como pode ser visto, a finalidade, por parte da organização da coleção, é a de reafirmar o que já havia sido apresentado nas páginas iniciais de cada livro, ou seja, colocar aos brasileiros “o que há do outro lado da colina” (MOTTA, 2003, t. 1, p. 8). O outro lado da colina apresentaria sua versão sobre as esquerdas armadas e, assim, levaria a partir das entrevistas uma narrativa permeada por lutas entre “brasileiros” e “terroristas” que precisavam ser expulsos, como a resposta dada pelo General de Brigada Luiz Nery da Silva.

A luta armada representa uma das formas de luta na tentativa comunista de assaltar o Poder. É uma corrente que, ao adotar o enfrentamento armado, se choca com a outra dos velhos comunistas, cuja linha, para a tomada do Poder, se assentou na agitação ou subversão e na propaganda conhecida por via pacífica. Naquela época, a luta armada buscava orientação e o apoio, principalmente, na China, - nas teses de guerrilha rural de Mao Tse-tung - nos satélites da União Soviética, como a Albânia, na Coreia do Norte e, sobretudo, em Cuba, onde o ditador Fidel Castro, que eliminara 17 mil opositores, se empenhara em exportar o seu modelo revolucionário perverso, conhecido por foquismo (MOTTA, 2003, t. 10, p. 230).

Nem todas as narrativas têm esse tom. Mas, é importante considerar que a pergunta instiga o colaborador a realizar uma narrativa permeada pelo sentimento de repulsa aos ideais comunistas, pois é uma pergunta realizada por alguém que já conhece o entrevistado, sabe de suas posições políticas e ideológicas e conhece sua atuação durante a “revolução” e no decorrer dos “governos revolucionários”.

Isso não significa que os demais trabalhos com História Oral estejam livres disso. Magnus Berg (1990) define o entrevistador ou o pesquisador como um “cínico notável”, pois constrói e participa na representação da situação sem crer necessariamente nela. No caso da coleção, diferentemente do que fora apontado por Magnus Berg, a interpretação não foi realizada pelo entrevistador e sua finalidade parece a de confirmar uma “versão” já solidificada pelo Exército. Porém, algumas exceções podem contribuir com as reflexões de Berg (1990). Entre os entrevistados, há o ex-guerrilheiro e militante do PC do B, José Genoíno, que não partilha das mesmas considerações da grande maioria dos depoentes. Seguindo Berg (1990), provavelmente essa tenha sido a postura do Exército ao escutar José Genoíno. Ou seja, não se acredita no que o sujeito está falando, apenas se escuta.

A iniciativa por parte da organização da coleção em demarcar as atitudes das guerrilhas como atos de terrorismo está em conformidade com a questão apresentada anteriormente, na qual as Forças Armadas salvaram o Brasil do colapso e colocaram o país no rumo do sucesso. Ao mesmo tempo, a finalidade é a de fazer com que os entrevistados sintam-se compelidos a falar da “gravidade” pela qual passava o Brasil, descrevendo o “inimigo interno”, como fez o General Nery da Silva, quando foi perguntado a ele o seguinte:

P: O que o senhor gostaria de nos dizer acerca de ações de guerrilha e dos atos de terrorismo (sequestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.), praticados por extremistas?

R: Comprova tudo isso que o Brasil esteve gravemente ameaçado pela guerra revolucionária, conduzida, com toda a crueldade possível, pelos extremistas do Movimento Comunista Internacional (MCI).

Todavia, o inimigo interno não conseguiu o mínimo respaldo popular, nem na cidade, nem no campo. O povo brasileiro disse não aos terroristas sem Pátria, não aos internacionalistas sanguinários (MOTTA, 2003, t. 10, p.231).

A pergunta contém representações das esquerdas, armadas pelos organizadores da coleção, em que os “vermelhos” figuram como “terroristas”, “sequestradores”, “assaltantes” e “extremistas”. Muitas das respostas deram continuidade às considerações sobre as esquerdas apontadas na questão, como transparece acima no trecho do depoimento do General Nery da Silva.

Essa mesma maneira, em caracterizar as esquerdas como “maléficas”, deu-se na questão sobre a abertura política e a Lei de Anistia. O “revanchismo” assim foi representado como causador da distorção dos fatos sobre os “governos revolucionários”. Os militares foram os maiores prejudicados pelas iniciativas “revanchistas”, sobretudo a partir da Lei de Anistia, como consta nesta questão: “Existe, hoje, o chamado “revanchismo” por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?”. Assim como na resposta anterior, verificou-se uma continuidade entre pergunta e resposta. A maioria dos depoentes concorda com a opinião dos entrevistadores. A estreita ligação entre perguntas e respostas nesta e em outras questões significa a formação de uma narrativa pautada na crítica à postura das esquerdas, vistas como revanchistas. Como pode se depreender da questão exposta acima, há uma postura muito nítida por parte da coleção em relação às esquerdas. A organização da coleção acredita que os “revanchistas” militam a partir das instituições democráticas e dos meios de comunicação, deturpando os “reais” fatos históricos e “demonizando” a imagem dos militares. Isso é pertinente, na medida em que se percebe uma pergunta afirmativa, em que, ao entrevistado, colaborador, resta dar continuidade ao que já foi dito, constituindo, assim, em uma narrativa que agrada, em certa medida, às duas partes envolvidas: entrevistados e entrevistadores.

Após tecer uma opinião sobre as políticas “revanchistas” das esquerdas, a questão ainda procura averiguar o que o entrevistado conhece da Lei de Anistia. Fica evidente que a pergunta anterior procura, antes de tudo, alertar e/ou lembrar o colaborador sobre o que ele deve ou pode fornecer de subsídios sobre a Lei de Anistia. O intuito da coleção parece ser o de perguntar e responder a mesma pergunta. Ou seja, a Lei de Anistia teria sido criada pelas esquerdas “revanchistas” na busca de “satanizar” a imagem das Forças Armadas no presente. A lei teria beneficiado somente àqueles que atuaram contra as Forças Armadas e o Brasil, conforme declaração do General de Brigada Hélio Duarte Pereira de Lemos, que atuou entre 1964 e 1985 em vários postos dos “governos revolucionários”. Para ele, esta mesma lei “deveria, também, beneficiar aqueles que foram sacrificados ou sofreram as consequências das ações da Guerra Revolucionária, do terrorismo, da guerrilha etc., pois, até hoje, a Lei de Anistia, não foi aplicada em favor dos

que defenderam o Brasil, o que constitui um verdadeiro absurdo” (MOTTA, 2003, t. 1, p. 250).

### **Considerações finais**

As declarações sobre diversos temas relacionados ao regime civil-militar tratados no decorrer das entrevistas expõem o que a coleção realmente procurava: explicar a ditadura a seu modo, costurando uma narrativa diferente da das esquerdas, tecida com atores que figuram como “bravos heróis” que defenderam a pátria. Enfim, procura-se, com a coleção, responder a uma batalha que se encontra inconclusa, inserida, sobretudo, na mídia.

De todo modo, o que permaneceu, ao se analisar os depoimentos, foi uma nítida preocupação por parte da organização da coleção em construir um discurso que tenha uma lógica, uma coerência, e que fortaleça a imagem que o entrevistado e o entrevistador desejam pública. Esta postura pode ser associada à preocupação em evitar que o caráter contraditório da memória se torne do conhecimento público.

No entanto, elementos da individualidade dos depoentes apareceram, o que nos possibilitou verificar que a memória pode nos auxiliar a resgatar as marcas de como foram vividos, sentidos, compreendidos determinados momentos, determinados acontecimentos; ou, como destaca Antônio Torres Montenegro (1993, p. 56), “o que e como foi transmitido e registrado pela memória individual e/ou coletiva”.

As narrativas dos entrevistados procuraram reafirmar o que o Exército acredita ter sido o período entre 1964 a 1984. Os depoentes, numa espécie de acordo, contaram quase que a mesma história sobre o período. Nas considerações sobre o governo de João Goulart, sobre a abertura política e sobre a lei de anistia, as narrativas se tornaram repetitivas, parecendo que houve uma espécie de pacto em torno do que deveria ou não ser relembrado. Além disso, muitas entrevistas relatam episódios que algumas vezes em nada se diferenciam do que está registrado em outras fontes também produzidas pelo Exército durante a ditadura.

Porém, a dimensão da memória, como afirma Montenegro (1993, p. 56), mesmo quando coincide ou reproduz os significados sociais institucionalizados, oferece elementos para reflexão acerca da força das marcas das histórias que se tornaram hegemônicas. Essa colocação de Montenegro nos faz pensar na forma como a história sobre a ditadura vem sendo reproduzida e/ou (re)inventada pelo Exército. Muitos dos militares entrevistados

lembraram episódios que não dizem respeito à sua história de vida, mas àquilo que eles ouviram falar ou leram em livros produzidos pela corporação. Segundo Hallbwachs (1990), o que temos mais facilidade em lembrar é do domínio comum e é por podermos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes de lembrar.

A narrativa que os depoentes fizeram acerca dos acontecimentos fez com que chegássemos à conclusão de que o Exército procurou cristalizar um discurso que servisse inicialmente à corporação e, logo depois, à sociedade civil. Essa narrativa da “revolução” e dos governos dos cinco generais presidentes deveria, segundo os organizadores, partir da corporação. Eles eram os únicos autorizados a falar com seriedade sobre o que aconteceu naqueles anos, pois representavam a “verdade”. Entrevistados e entrevistadores construiriam, dessa forma, uma narrativa positiva e afirmativa da ditadura, pois ambos, na maioria das vezes pertencentes do Exército, estavam diante de uma situação em que era imprescindível pautar elogios a ditadura civil-militar.

Eram colegas e amigos que encontraram na coleção três oportunidades para expor suas memórias: a primeira seria uma forma de “homenagear” os governos que, segundo acreditam, defenderam o Brasil dos perigosos comunistas. A segunda consiste em perceber na coletânea de livros uma maneira de se defender dos “ataques” das esquerdas que, segundo afirmam, estariam dominando a mídia e a intelectualidade brasileira. A terceira e última diz respeito à vontade dos entrevistados e entrevistadores em falar sobre os acontecimentos. Ou seja, os depoentes não foram escolhidos somente pelo fato de que atuaram em defesa do regime, dando legitimidade aos governos militares. A escolha da rede de entrevistados levou em conta, certamente, a maneira como o depoente representava, no momento da entrevista, a ditadura civil-militar. Como era importante para o Exército solidificar uma memória sobre o regime, as falas dos entrevistados deveriam colaborar com a visão da corporação sobre o período.

Assim, foram selecionados homens que se sentiam prestigiados em falar positivamente sobre aquele período. Eram sujeitos que se sentiam na obrigação de falar, não somente porque eram militares ou porque atuaram em algum governo do regime. Falavam porque acreditavam que suas memórias poderiam ser ouvidas e/ou lidas pelos jovens da corporação e pela sociedade.

---

**IN FINE TUNING: CONVERSATIONS BETWEEN OLD FRIENDS BARRACK**

**Abstract:** The purpose of this article is to examine the collection of interviews entitled "1964 - March 31: the revolutionary movement and its history", published by Editora Library Army, the Bibliex between 2003 and 2004, checking two general questions: 1) how took the story about the coup and civil-military dictatorship that began in March 1964, and 2) how this same narrative was constructed by drawing from the collection of interviews in which interviewers and interviewees in tune produced a positive opinion the recent past of Brazil.

**Keywords:** memories; civil-military dictatorship; oral history.

---

**Referências**

BERG, Magnus. Algunos aspectos de la entrevista como método de producción de conocimientos. *Historia y Fuentes Orales*, Barcelona, n.4, p.5-10, 1990.

CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. *Revista Brasileira de História - Brasil, 1954-1964*. São Paulo, ANPUH – Marco Zero, v.14, n.27, 1994.

FICO, Carlos. Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra de memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, UFMG, n.28, dez. 2002.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. *LOCUS*, Juiz de Fora, UFJF, v.10, n.1, p.79-97, 2004.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.13, n.25/26, set. 92/ago. 93.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coordenação Geral). 31 de março: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. 15 tomos.

POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUADRAT, Samantha Viz. A ditadura civil-militar em tempo de (in)definições (1964-1968). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2006.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. *Anos 90, Porto Alegre*, v.14, n.26, p.127-156, dez. 2007.

TOLEDO, Caio Navarro de. Crônica política sobre um documento contra a “Ditabranda”. Revista de Sociologia, Curitiba, v.17, n.34, p.209-217, out. 2009.

---

#### SOBRE O AUTOR

**Eduardo dos Santos Chaves** é doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

---

Recebido em 27/03/2014

Aceito em 23/06/2014